

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Solicitação de Inspeção - SI 01 01/2026
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Unidade de Controle Interno da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), em atendimento ao Plano Anual de Atividades de 2026, realizou inspeção na Diretoria Administrativa, tendo como objeto os Contratos nº 019/2024, celebrado com a empresa Creta Empreendimentos Ltda., e nº 020/2024, celebrado com a empresa Braspe Recursos Humanos Eireli., ambos destinados à prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, com o objetivo de verificar a conformidade da gestão, fiscalização, execução contratual e dos procedimentos de pagamento, em observância à legislação e às normas aplicáveis.

O escopo da inspeção compreendeu o exame da formalização dos Contratos nº 019/2024 e nº 020/2024, dos respectivos processos administrativos de prorrogação contratual instaurados nos exercícios de 2024, 2025 e 2026, bem como dos processos de pagamento referentes aos exercícios de 2025 e 2026. A amostra analisada correspondeu à totalidade dos contratos vigentes de prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação da SEAGRI, representando 100% dos contratos dessa natureza.

II - METODOLOGIA

Os exames foram realizados mediante análise documental dos processos administrativos, aplicação do checklist de verificação, realização de entrevistas com o fiscal dos contratos e colaboradores envolvidos na execução contratual, bem como conferência documental, confronto das informações constantes dos processos analisados, análise da legislação aplicável e verificação da conformidade dos atos administrativos.

Para a realização dos trabalhos, foram observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Estadual nº 9.433/2005, do Decreto Estadual nº 12.366/2010, da Orientação Técnica AGE nº 02/2016 – Contratos, utilizada para aplicação do checklist de verificação, e da Orientação Técnica AGE nº 04/2019 – Manual Operacional do Controle Interno.

A seleção da amostra compreendeu os contratos vigentes de prestação de serviços terceirizados, abrangendo a análise dos respectivos processos de contratação, termos aditivos e processos de pagamento, em atendimento aos critérios estabelecidos na Solicitação de Inspeção nº 01/2026 da Auditoria Geral do Estado – AGE.

III - ACHADOS

1. Formalização intempestiva de prorrogação contratual.

a) Situação encontrada: Verificou-se que os processos de prorrogação contratual foram instaurados em prazo inferior a 60 (sessenta) dias do término da vigência contratual. Embora as prorrogações tenham sido devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente, não foi observado o prazo previsto na legislação para o início do procedimento de aditamento.

b) Critério: Art. 142, parágrafo único, da Lei Estadual nº 9.433/2005.

c) Efeito: Redução do prazo disponível para instrução e formalização do procedimento de prorrogação contratual.

d) Evidência: Processos administrativos referentes aos Termos Aditivos contratuais: Processo nº 010.9156.2024.0001801-78 (1º Termo Aditivo) e Processo nº 010.18151.2025.0002065-79 (2º Termo Aditivo), relativos à empresa Creta; Processos nº 010.18151.2025.0000772-30 (1º Termo Aditivo) e nº 010.18151.2026.0000461-14 (2º Termo Aditivo), relativos à empresa Braspe.

Recomendações

Recomenda-se a adoção de medidas para assegurar que os procedimentos de prorrogação contratual sejam instaurados com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência contratual, em conformidade com a legislação aplicável.

Manifestação do Gestor

Diretora Administrativa:

"Registra-se que as prorrogações contratuais ocorreram de forma regular, mediante justificativa técnica, demonstração da vantajosidade da manutenção dos contratos e autorização da autoridade competente.

Ressalta-se que a situação não ocasionou interrupção da prestação dos serviços, prejuízo à Administração Pública ou comprometimento da continuidade das atividades institucionais, tampouco decorreu de conduta dolosa ou de má-fé dos agentes envolvidos, tratando-se de falha de natureza procedimental passível de aperfeiçoamento.

Sistema de Gestão do Controle Interno

Reconhece-se, entretanto, que o prazo para início da tramitação dos processos poderá ser aperfeiçoado. Nesse sentido, esta Diretoria adotará mecanismos de controle dos vencimentos contratuais, com acompanhamento sistemático das datas de vigência e programação antecipada das providências necessárias à formalização dos aditivos, de modo a assegurar a observância do prazo recomendado na legislação pertinente."

Análise da Resposta

A Diretoria Administrativa apresentou esclarecimentos quanto à formalização das prorrogações contratuais e informou que a situação não comprometeu a continuidade dos serviços nem ocasionou prejuízo à Administração Pública. Além disso, comprometeu-se a adotar mecanismos de controle para o acompanhamento dos prazos de vigência dos contratos, com o objetivo de iniciar os processos de prorrogação de forma antecipada. As providências informadas contribuem para o fortalecimento dos controles relacionados ao acompanhamento dos prazos de vigência dos contratos.

2. Ausência de designação de servidores permanentes para fiscalização e acompanhamento da execução contratual.

a) Situação encontrada: Verificou-se que a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual foram atribuídos a servidores que não integram o quadro permanente da Administração.

b) Critério: Art. 153 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

c) Efeito: Inobservância do requisito legal quanto à designação de servidores permanentes para a fiscalização contratual.

d) Evidência: Contratos e atos de designação relativos às empresas Creta e Braspe.

Recomendações

Recomenda-se que, nas contratações regidas pela Lei Federal nº 8.666/1993 e pela Lei Estadual nº 9.433/2005, sejam designados servidores permanentes do quadro da Administração para o recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, em observância ao art. 153 da referida Lei.

Manifestação do Gestor

Diretora Administrativa:

"Em relação ao apontamento referente à designação dos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, esclarece-se que os servidores designados exerceram regularmente suas atribuições, realizando o acompanhamento da execução dos contratos, certificando a efetiva prestação dos serviços e atestando a conformidade das obrigações contratuais.

Durante a execução dos contratos não foram identificadas ocorrências que evidenciassem deficiência na fiscalização em razão da condição funcional dos servidores designados, tampouco houve prejuízo à Administração Pública, à execução contratual ou ao interesse público.

Não obstante, considerando o entendimento consignado no Relatório de Inspeção e visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos, esta Diretoria avaliará, em conjunto com as unidades competentes, a possibilidade de adequação das futuras designações às disposições do art. 153 da Lei Estadual nº 9.433/2005, observadas a disponibilidade de servidores permanentes e a estrutura administrativa da Secretaria."

Análise da Resposta

A Diretora Administrativa esclareceu que os servidores designados exerceram regularmente a fiscalização dos contratos, não tendo sido identificados prejuízos à execução contratual em razão da condição funcional dos fiscais. Informou, ainda, que avaliará a possibilidade de adequar as futuras designações às disposições do art. 153 da Lei Estadual nº 9.433/2005, conforme a disponibilidade de servidores permanentes.

Considerando que o contrato objeto da inspeção foi celebrado sob a égide da Lei Estadual nº 9.433/2005, a recomendação apresentada no Relatório permanece pertinente. Contudo, observa-se que a Lei Federal nº 14.133/2021 deixou de exigir que o fiscal do contrato seja servidor permanente, permitindo a designação de servidor ou empregado público para o exercício dessa função. Diante dos esclarecimentos apresentados, as justificativas são consideradas satisfatórias, permanecendo a recomendação quanto à observância da legislação aplicável a cada contratação.

3. Execução de despesa sem prévio empenho.

a) Situação encontrada: Constatou-se a emissão de faturas antes da formalização do respectivo empenho para o período correspondente.

b) Critério: Art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964.

c) Efeito: Realização da despesa em desacordo com a sequência de atos prevista na legislação orçamentária e financeira.

d) Evidência: Processos de pagamento analisados, confrontados com as datas de emissão das notas fiscais e dos respectivos empenhos: Processos nº 010.0598.2025.0001823-18, nº 010.0598.2025.0002342-11 e nº 010.0598.2026.0001057-72, referentes à empresa Creta; Processos nº 010.0598.2025.0002349-97, nº 010.0598.2026.0000375-99 e nº 010.0598.2026.0001021-61, referentes à empresa Braspe.

Recomendações

Recomenda-se que a emissão do empenho preceda a emissão da nota fiscal, em conformidade com o disposto no art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Manifestação do Gestor

Diretora Administrativa:

"Quanto ao apontamento relativo à emissão de faturas em data anterior à formalização do empenho correspondente, esclarece-se que a prestação dos serviços ocorreu regularmente, conforme previsto nos respectivos contratos administrativos, sendo as despesas posteriormente empenhadas, liquidadas e pagas em conformidade com os procedimentos financeiros adotados pela Administração.

Destaca-se que a situação identificada não resultou em prejuízo ao erário, pagamento indevido, enriquecimento ilícito ou dano à Administração Pública, uma vez que os serviços foram efetivamente executados, a despesa possuía cobertura contratual e disponibilidade orçamentária, e o pagamento somente ocorreu após a emissão do respectivo empenho e da regular liquidação da despesa.

Ressalta-se, ainda, que a ocorrência decorreu de inadequação na sequência dos atos administrativos, não havendo nenhum indício de dolo, má-fé ou intenção de afastar a observância das normas orçamentárias e financeiras.

Sem prejuízo das considerações apresentadas, reconhece-se a necessidade de aperfeiçoamento dos controles administrativos para assegurar que a emissão das faturas e a execução das etapas subsequentes observem rigorosamente a ordem prevista na legislação. Para tanto, serão reforçadas as orientações às unidades responsáveis pela gestão contratual e pela execução orçamentária e financeira, bem como adotados controles preventivos destinados a evitar a repetição de situações semelhantes."

Análise da resposta

A Diretora Administrativa informou que, embora tenha sido identificada inadequação na sequência dos atos administrativos, a prestação dos serviços ocorreu regularmente e não houve prejuízo ao erário ou pagamento indevido. Também informou que serão reforçados os controles administrativos e as orientações às unidades responsáveis, visando evitar novas ocorrências. As medidas informadas demonstram o compromisso com o aperfeiçoamento dos controles administrativos e a prevenção de novas ocorrências.

IV - CONCLUSÃO

Os exames realizados na Diretoria Administrativa evidenciaram que os procedimentos relacionados à execução dos contratos analisados apresentam, de modo geral, conformidade com a legislação e as normas aplicáveis. Foram identificadas, contudo, oportunidades de aprimoramento relacionadas à formalização das prorrogações contratuais, à designação de servidores para a fiscalização da execução contratual e à observância da sequência legal da execução da despesa.

As manifestações apresentadas pela Diretora Administrativa esclareceram os apontamentos constantes do Relatório de Inspeção e evidenciaram a adoção de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos.

Diante do exposto, considera-se concluída a presente inspeção, sem prejuízo do acompanhamento das recomendações em futuras ações de controle.

Taís Carneiro Chaves Conceição

Coordenador(a) de Controle Interno

4



Documento assinado eletronicamente por **Tais Carneiro Chaves Conceicao, Coordenador Controle Interno II**, em 23/07/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00145267963** e o código CRC **40F728BB**.
